

Curitiba, 15 de maio de 2026.

**Sra. Nádia de Moura Chagas Souza**  
**Coordenadora Geral**  
**Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC**  
**Setor Comercial Norte (SCN), Quadra 6, Conjunto A - Bloco A**  
**Edifício Venâncio 3000**  
**70297-400 - Brasília, DF**

**Assunto: PROCESSO DE INCORPORAÇÃO DE EFPC**  
Incorporadora: Fundação Copel de Previdência e Assistência Social  
Incorporada: Fundo de Previdência Mais Futuro  
**Parecer nº 84/2026/COE/CGOE/DILIC**  
**Processo nº 44011.012588/2025-57**

A FUNDAÇÃO COPEL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL vem, por meio do presente expediente explicativo, em atenção às exigências apresentadas no Parecer/Processo em referência, apresentar os seguintes esclarecimentos e informações solicitadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc:

- **EXIGÊNCIAS FORMAIS:**

### **III.1 Quanto à instrução do requerimento**

*51. Encaminhar os documentos expediente explicativo, termo de responsabilidade, relatório da operação e termo de incorporação em formato pdf pesquisável (com OCR), conforme item 8 deste parecer.*

**MANIFESTAÇÃO DA ENTIDADE:** Em relação a este item, a Entidade informa que os documentos foram submetidos no formato “PDF-Pesquisável”, permitindo a busca de textos nos arquivos. Entretanto, os referidos arquivos são bloqueados para cópia de conteúdo, em razão das medidas de segurança do sistema de assinatura utilizado. No entanto, conforme alinhado com esse órgão por meio de e-mails datados de 07/04/2026, a Entidade encaminha a cópia fiel do presente expediente explicativo e daquele que instruiu o processo de incorporação, do termo de

responsabilidade, do relatório da operação e do termo de incorporação sem assinatura dos responsáveis legais para possibilitar para cópia de conteúdo dos referidos documentos.

- **EXIGÊNCIAS DOCUMENTAIS:**

*52. Reenviar os documentos listados a seguir, devidamente ajustados às exigências deste parecer:*

- a) Termo de responsabilidade da operação;*
- b) Termo de incorporação;*
- c) Relatório da Operação;*
- d) Textos consolidados dos planos de benefícios administrados pela entidade incorporada e respectivos quadros comparativos, na forma estabelecida na Resolução Previc nº 23/2023; e*
- e) Convênios e termos de adesão firmados com a entidade incorporadora.*

**MANIFESTAÇÃO DA ENTIDADE:** Quanto a este tópico a Entidade informa que os documentos elencados foram substituídos e reenviados no presente expediente. Cumpre informar também que o Termo de Incorporação e o Relatório da Operação, ora encaminhados, por se tratarem de documentos legais celebrados, acordados e assinados pelas Partes deste processo, substituem para todos os fins de direito, as versões anteriormente apresentadas, mantendo-se, contudo, as informações e dados constantes na data base desta operação, qual seja, 31/12/2024.

- **EXIGÊNCIAS MATERIAIS:**

### **III.2 Quanto ao termo de responsabilidade**

*53. Retirar as alterações adotando o disposto no modelo do Termo de Responsabilidade integralmente, bem como divulgar toda a documentação do requerimento aos participantes e assistidos dos planos geridos pela incorporada. Dar ciência aos patrocinadores/instituidores dos planos da EFPC incorporadora, informando caso alguma manifeste discordância com a operação, nos termos dos §§ 23 e 24. Após, encaminhar comprovação. Alternativamente, a entidade poderia alterar no modelo apenas o subitem i da alínea e) do Termo de Responsabilidade, excluindo da alteração proposta a restrição "relacionados a tais alterações" após a palavra "requerimento".*

**MANIFESTAÇÃO DA ENTIDADE:** No que tange este item, a Entidade informa que, conforme alternativa apresentada por esse órgão, manteve o texto proposto no Termo de Responsabilidade com a exclusão da expressão “relacionados a tais alterações” no subitem “i” da alínea e) do referido Termo. Nesta oportunidade, a Entidade informa ainda que todos os documentos do processo, inclusive aqueles relacionados às alterações efetuadas nos

Regulamentos dos Planos de Benefícios, foram disponibilizados aos participantes e assistidos dos planos de benefícios vinculados às Entidades envolvidas na operação. Além disso, todas as patrocinadoras, inclusive aquelas dos planos de benefícios administrados por esta Entidade, ou seja, a incorporadora, tiveram total acesso às informações referentes ao processo de incorporação, não havendo qualquer manifestação em contrário das mesmas. Os documentos anexos comprovam a divulgação dos documentos aos participantes e assistidos da incorporada a ciência aos patrocinadores dos planos desta Entidade.

### III.3 Quanto às disposições do Termo de Incorporação

*54. Realizar as seguintes alterações no termo de incorporação:*

- **Item 4.4:** *rever a redação para complementar que a gestão pelos dirigentes da Incorporadora deve dar-se em conjunto com os membros dos órgãos de governança da Incorporada, tendo em vista que estes, nos termos dos itens 4.2, 4.3 e 4.5, manterão suas responsabilidades até a Data da Efetiva Incorporação;*
- **Item 5.7:** *E necessária a inclusão do seguinte trecho ao final do item: "com vigência a partir da Data de Autorização e eficácia a partir da Data da Efetiva Incorporação";*
- **Item 5.9:** *A solicitação deve ocorrer a partir da data de autorização; e*
- **Item 5.16:** *Esclarecer a fonte dos recursos que serão utilizados para a cobertura das despesas decorrentes do processo de incorporação, bem como justificar a possibilidade de utilização perante a legislação vigente e a convergência com os interesses de todos os envolvidos (participantes, assistidos e patrocinadores/instituidores).*

#### MANIFESTAÇÃO DA ENTIDADE:

Com relação às alterações propostas, a Entidade informa que o Termo de Incorporação foi ajustado considerando as exigências apresentadas nos itens acima citados, com exceção do item 5.9, pelas razões abaixo apresentadas.

O item 5.9 do Termo de Incorporação trata do compromisso de a entidade incorporadora solicitar, junto a eventuais processos judiciais em que a entidade incorporada faça parte, a devida substituição processual em razão da incorporação.

No entanto, a referida providência somente poderá ocorrer após a efetiva incorporação da Entidade incorporada pela incorporadora, o qual ocorrerá somente na, denominada, Data da Efetiva Incorporação.

A aprovação da operação por esse órgão, denominada Data de Autorização, permite que as entidades adotem todos os procedimentos necessários à implementação e efetivação da incorporação. Contudo, até a Data da Efetiva Incorporação, a entidade incorporada permanece com a representatividade legal e legitimada para a prática de todos os seus atos, inclusive no âmbito judicial.

Assim, a entidade incorporadora somente deverá requerer ou informar, perante o poder judiciário, a substituição da parte nos processos judiciais em decorrência da operação de incorporação das entidades após a sua efetivação de fato.

Importante ressaltar que, nos termos da legislação aplicável, a incorporação implica a sucessão da entidade incorporadora em todos os direitos e obrigações da entidade incorporada, operando-se a transferência automática das responsabilidades, inclusive no âmbito judicial. Não obstante tal efeito jurídico, e por questão de regularidade e ordem processual, as correspondentes solicitações de substituição de parte e demais comunicações pertinentes serão formalmente apresentadas ao poder judiciário após efetivada incorporação, no prazo previsto no Termo de Incorporação.

Desta forma, a Entidade solicita a esse órgão reconsiderar a solicitação efetuada em relação ao item 5.9 do Termo de Incorporação.

No que se refere ao item 4.4, a Entidade informa que o mesmo foi ajustado. Todavia, importante se faz ressaltar que, cada entidade permanecerá com suas respectivas obrigações relacionadas à gestão de sua entidade e dos planos de benefícios até a Data da Efetiva Incorporação. A atuação em conjunto estará relacionada ao empenho, à cooperação e à adoção das medidas necessárias no âmbito das atividades relacionadas ao processo de incorporação, observadas as atribuições, competências e responsabilidades próprias de cada entidade.

### **III.4 Quanto ao Relatório da Operação**

#### **III.4.1: Em relação à população dos planos:**

*55. Tendo em vista a transferência de gerenciamento do Plano ABEPOM PREVIDENCIA da MAIS FUTURO para a Fundação Mongeral, revisar a instrução com relação a este plano, conforme item 35 deste parecer.*

**MANIFESTAÇÃO DA ENTIDADE:** Quanto a este item, a Entidade informa que a transferência de gerenciamento aprovada pela PORTARIA PREVIC/DILIC Nº 045, DE 16.01.2023, publicada no D.O.U. no dia 19.01.2023, refere-se à transferência de gerenciamento do Plano ABEPOM Previdência, CNPB nº 2011.0024-19, da Mongeral Aegon Fundo de Pensão - MONGERAL, CNPJ nº 07.146.074/0001-80, para o Fundo de Previdência Mais Futuro - MAIS FUTURO, CNPJ nº 07.136.451/0001-08. Neste sentido, o Plano ABEPOM Previdência foi mantido no rol dos planos pertencentes ao presente processo, eis que o mesmo é administrado pela entidade incorporada conforme apresentado no Relatório da Operação.

Vale informar que o processo de transferência foi devidamente efetivado conforme pode-se comprovar por meio do Despacho anexo, emitido por essa autarquia, dando ciência quanto à finalização da transferência de gerenciamento de plano vinculado ao processo nº 44011.002948/2022-60. Portanto, o Plano ABEPOM Previdência deve ser mantido no rol dos planos pertencentes ao presente processo.

*56. Em relação aos valores relativos a população apresentados no Relatório da Operação que divergem dos dados constantes nos sistemas da Previc, justificar as diferenças constatadas ou ajustar os valores no Relatório da Operação, conforme item 39 deste parecer.*

**MANIFESTAÇÃO DA ENTIDADE:** No que se refere este tópico, a Entidade apresenta abaixo as justificativas quanto à diferença populacional entre o descrito no quadro 3.2 do Relatório da Operação e os números constantes na Previc (**Infger**), relativo, mais especificamente, aos Planos III, Pecúlio e Família.

Preliminarmente, esclarecemos que as quantidades informadas para cada Plano, no quadro 3.2 do Relatório de Operação, estão segregados nas seguintes categorias: Ativos, Autopatrocinados, aguardando BPD, Aposentados e Pensionistas.

#### 1) Divergência apontada em relação ao Plano III

No quadro referente ao item 38 do Parecer, consta a informação de que o contingente total do Plano III posicionado em 31/12/2024 é de 13612 vidas (**Infger**), enquanto esse mesmo contingente informado pela EFPC no Relatório de Operação é de 12804 vidas, conforme Demonstrativo Estatístico (DE) de 31/12/2024, segregado da seguinte forma:

Contingente do Plano III – 31/12/2024	
Ativos	5071
Autopatrocinados	808
Aguardando BPD	307
Assistidos (Aposentados+Pensionistas)	6105 + 513 = 6618
Total	12804

Todavia, observa-se uma diferença de 808 participantes entre o total extraído do Infger (13.612) e o total informado pela EFPC (12.804).

Essa divergência decorre do fato de a Entidade ter informado esse mesmo contingente no campo “participantes com contribuição exclusiva do participante”, por entender que se tratam de participantes autopatrocinados.

Dessa forma, no Infger, os autopatrocinados acabam sendo contabilizados simultaneamente como autopatrocinados e como participantes com contribuição exclusiva do participante, o que gera a duplicidade de registros e, conseqüentemente, a diferença de 808 participantes identificada.

Desta forma, entendemos que a divergência foi devidamente justificada, de maneira que manteremos no Relatório de Operação o total de 12804 vidas, conforme quadro acima. Nesta oportunidade, a Fundação Copel informa que no envio do próximo Demonstrativo Estatístico verificará os procedimentos necessários para, se for o caso, ajustar a forma das informações encaminhadas a esse órgão.

## 2) Divergência apontada em relação ao Plano Pecúlio

No quadro referente ao item 38 do Parecer, consta a informação de que o contingente total do Plano Pecúlio posicionado em 31/12/2024 é de 0 vidas (**Infger**), enquanto esse mesmo contingente informado pela EFPC no Relatório de Operação é de 10232 vidas, conforme Demonstrativo de Sexo e Idade (DSI) de 31/12/2024, segregado da seguinte forma:

Contingente Pecúlio – 31/12/2024	
Ativos	2771
Autopatrocinados	0
Aguardando BPD	0
Assistidos (Aposentados + Pensionistas)	7461 + 0 = 7461
Total	10232

Não obstante a EFPC ter informado o contingente de 10232 vidas no Relatório de Operação, o qual está correto, cabe informar que, diferentemente dos demais planos administrados pela

Fundação Copel, no Demonstrativo Estatístico (DE) do Plano Pecúlio é informado apenas a quantidade de indenizações pagas pelo plano (campo 15000 do DE).

Este procedimento se deve ao fato de que todos os participantes vinculados ao Plano Pecúlio, são necessariamente filiados ao Plano III ou Plano Unificado, uma vez que para contratação de cobertura no Plano Pecúlio é necessário estar filiado a algum dos referidos planos. Logo, a não informação de contingente para o Plano Pecúlio, visa evitar contagem em duplicidade em relação aos dados informados à Previc por meio do Demonstrativo Estatístico, dado que seus participantes já são todos filiados ao Plano Unificado ou ao Plano III.

Neste sentido, informamos que manteremos os dados informados no Relatório de Operação referente ao Plano de Pecúlio, por corresponder ao número correto de participantes e assistidos a ele vinculados.

### 3) Divergência apontada em relação ao Plano Família

No quadro referente ao item 38 do Parecer, consta a informação de que o contingente total do Plano Família posicionado em 31/12/2024 é de 9230 vidas (**Infger**), enquanto esse mesmo contingente informado pela EFPC no Relatório de Operação é de 4695, correspondente a 4609 ativos, 85 aposentados e 1 pensionista.

Entretanto, a EFPC incorreu em equívoco quanto ao total de ativos, que, de acordo com o Demonstrativo Estatístico (DE) de 31/12/2024, este contingente é de 4572 vidas.

Todavia, há uma duplicidade nas informações enviadas no Demonstrativo Estatístico, eis que os ativos estão alocados também na condição de Autopatrocinado, dado que somente participantes vertem contribuições ao Plano Família, não havendo contribuições de instituidores.

É importante ressaltar que no Demonstrativo Estatístico existem 2 campos que contemplam essa informação, quais sejam: campo 22000 (Autopatrocínio) e campo 31300 (Participante com custeio exclusivamente do Participante).

Nesta oportunidade, a Fundação Copel informa que no envio do próximo Demonstrativo Estatístico verificará os procedimentos necessários para, se for o caso, ajustar a forma das informações encaminhadas a esse órgão.

Todavia, no Relatório de Operação a informação foi incluída corretamente, já que o total de ativos do Plano Família, em 31/12/2024, corresponde a 4572.

Desta forma, o Relatório de Operação conterà as seguintes informações:

Contingente do Plano Família – 31/12/2024	
Ativos	4572
Autopatrocínados	0
Aguardando BPD	0
Assistidos (Aposentados+Pensionistas)	85 + 1 = 86
Total	4658

Portanto, entendemos que a divergência foi devidamente justificada, de maneira que no Relatório de Operação será informado o contingente total de 4658 vidas, conforme abertura no quadro acima.

#### III.4.2: Em relação às situações patrimoniais antes e depois da incorporação:

57. Rever as informações, conforme a estrutura a segue:

##### i) Situação Patrimonial (antes da incorporação e conforme estruturação contábil simplificada):

###### . EFPC Incorporada

Plano 1	Plano 2	Plano 3	...	PGA	Consolidado Incorporada (Planos + PGA)
---------	---------	---------	-----	-----	--

###### . EFPC Incorporadora

Plano 1	Plano 2	Plano 3	...	PGA	Consolidado Incorporadora (Planos + PGA)
---------	---------	---------	-----	-----	--

##### ii) Situação Patrimonial (após a incorporação e conforme estruturação contábil simplificada):

Consolidado Incorporada (Planos + PGA)	Consolidado Incorporadora (Planos + PGA)	Consolidado (Incorporada + Incorporadora)
---	---	--

**MANIFESTAÇÃO DA ENTIDADE:** As informações foram revisitadas e devidamente ajustadas.

#### III.5: Quanto aos regulamentos



*58. Esclarecer acerca da proposição das alterações pretendidas no regulamento do Plano ABEPOM Previdência, uma vez que o plano for efetivamente transferido à EFPC Mongeral em 15/06/2023 (conforme informações do processo 44011.002948/2022-60);*

**MANIFESTAÇÃO DA ENTIDADE:** No que diz respeito aos esclarecimentos solicitados neste item, a Entidade informa que conforme resposta apresentada ao item 55 do parecer, em questão, a transferência de gerenciamento do Plano ABEPOM Previdência, CNPB nº 2011.0024-19, foi da Mongeral Aegon Fundo de Pensão - MONGERAL, CNPJ nº 07.146.074/0001-80, para o Fundo de Previdência Mais Futuro - MAIS FUTURO, CNPJ nº 07.136.451/0001-08. Neste sentido, o Plano ABEPOM Previdência for mantido para todos os fins no rol dos planos pertencentes ao presente processo.

*59. Quanto ao Plano de Benefícios Jmalucelli, há alterações em destaque no art. 39, incisos VIII e XXXIX, que não estão refletidas no Quadro Comparativo. Desta forma, a EFPC deve ajustar as informações no referido documento para refletir todas as alterações propostas no Texto Consolidado.*

**MANIFESTAÇÃO DA ENTIDADE:** No que diz respeito aos esclarecimentos solicitados neste item, a Entidade informa que os destaques nos textos do Regulamento do Plano de Benefícios Jmalucelli que não constam no seu respectivo Quadro Comparativo, apresentado no presente processo de incorporação, referem-se últimas alterações que haviam sido realizadas no Regulamento do Plano anteriores a este processo, as quais foram devidamente aprovadas por esse órgão.

No entanto, por um equívoco essas alterações foram mantidas destacadas em negritos. De fato, não se tratam de ajustes atuais. Assim, o Regulamento foi devidamente ajustado com a exclusão dos destaques que indevidamente estavam em negrito.

### **III.6 Quanto aos convênios e termos de adesão**

*60. Excluir a frase "com eficácia a partir da data efetiva definida no requerimento" em todos os convênios e termo de adesão firmados pelas patrocinadoras e encaminhados sob esse processo, conforme item 49 deste parecer.*

**MANIFESTAÇÃO DA ENTIDADE:** No que concerne a esta exigência, esta Entidade informa que a redação utilizada nos Convênios de Adesão reflete exatamente o texto registrado no modelo padrão para "licenciamento automático", disponibilizado no Portal da Previc, disponibilizado no Portal da Previc, conforme descrito abaixo, a saber:

*“Redação 2 para situação de adesão em operações de cisão, transferência de gerenciamento e demais operações estruturais que envolverem adesão a plano de benefícios.*

*9.1 O presente instrumento vigorará por prazo indeterminado e entra em vigência após sua autorização pela autoridade competente, com eficácia a partir da data efetiva definida no requerimento, podendo ser revisto a qualquer tempo por acordo entre as partes, desde que obedecidas as disposições do estatuto e do regulamento, nos termos da legislação em vigor.”*

Neste sentido, a Fundação Copel deseja manter os Convênios de Adesão já assinados e submetidos no processo, até porque atende perfeitamente a questão do processo de incorporação de entidades em que a eficácia dos Convênios terá início após a efetivação da incorporação.

Neste sentido, conforme alinhado com esse órgão, por meio de e-mails datados de 07/04/2026, a Entidade solicita reconsideração da exigência eis que a redação utilizada nos Convênios de Adesão observa o modelo utilizado por este órgão e atende às necessidades do processo de incorporação de EFPC.

Sendo esses os esclarecimentos e atendimentos pertinentes às exigências efetuadas por este órgão, esta Entidade solicita a manifestação favorável dos termos apresentados e, consequentemente, a aprovação do processo de incorporação do MAIS FUTURO pela FUNDAÇÃO COPEL.

Para tanto, encaminha os documentos abaixo listados em conformidade ao disposto no presente expediente, com as respectivas alterações:

- a) Termo de Responsabilidade de Incorporação de EFPC, com os documentos comprobatórios de comunicação aos participantes, assistido, patrocinadoras e instituidoras;
- b) Texto consolidado dos regulamentos dos planos de benefícios administrados pelo MAIS FUTURO que passarão a ser administrados pela FUNDAÇÃO COPEL, contendo as alterações propostas em destaque que tem por finalidade apenas a adaptação à FUNDAÇÃO COPEL;
- c) Quadro comparativo entre o texto vigente e o proposto para os regulamentos dos planos de benefícios administrados pelo MAIS FUTURO, contendo somente as disposições alteradas e a respectiva justificativa;

- d) Convênios de adesão dos planos de benefícios a serem firmados entre as instituidoras ou patrocinadoras dos referidos planos de benefícios, conforme o caso, com a FUNDAÇÃO COPEL;
- e) Relatório da operação, versando sobre a situação patrimonial consolidada do MAIS FUTURO e da FUNDAÇÃO COPEL, considerando os cenários antes e depois da operação, posicionado na data-base (31/12/2024); e
- f) Termo de Incorporação.

Informamos que, em caso de necessidade de contato, as pessoas qualificadas a responder pelo assunto objeto do presente Expediente Explicativo e documentos que dele fazem parte integrante, são as seguintes:

Ana Letícia Feller, Diretora Presidente da **Fundação Copel**  
[alfeller@fcopel.org.br](mailto:alfeller@fcopel.org.br)

Rosecler Carvalho, Advogada Sócia da **JCM Advogados Associados**  
[roseclercarvalho@jcm.adv.br](mailto:roseclercarvalho@jcm.adv.br)

Adicionalmente informamos que o escritório JCM – Advogados Associados, através de seus prepostos, está autorizado a efetuar o acompanhamento do processo ora submetido, em todos os seus trâmites, junto a essa Superintendência.

Atenciosamente,

---

**Ana Letícia Feller**  
*Diretora Presidente*  
**Fundação Copel de Previdência e Assistência Social**